

**Notas para uma história de discriminação
no movimento psicanalítico**

Notes for a history of discrimination in the
psychoanalytic movement

Lucas Charafeddine BULAMAH
Daniel KUPERMANN

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (IP-USP/BRASIL)

RESUMO

A questão do psicanalista homossexual ainda se mantém imersa em constrangimento e negação, remontando aos primeiros anos da psicanálise organizada como instituição e como movimento em expansão global. O presente trabalho, por meio de uma pesquisa em arquivos, relatos e artigos publicados, percorre os principais momentos da história do movimento psicanalítico relacionados à proscrição de candidatos homossexuais masculinos à formação em psicanálise oferecida pela Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Com o intento de levantar o véu de uma prática que durante muito tempo se manteve desconhecida ou ignorada, pretende-se oferecer material para reflexões mais conscienciosas sobre procedimentos e instituições psicanalíticas.

*Sobre os autores ver página 164.

PALAVRAS-CHAVE: História da Psicanálise. Homossexualidade. Homofobia.

ABSTRACT

The issue of homosexual psychoanalysts is still immersed in embarrassment and denial, dating back to the first years of psychoanalysis organized as an institution and global-wide movement. The present work, through a research in archives, reports and published articles, covers the main moments of the history of the psychoanalytic movement that concern the proscription of homosexual candidates to the psychoanalytic training offered by the International Psychoanalytic Association (IPA). Aiming to raise the veil of a practice that for a long time remained unknown or ignored, it is intended to offer means for more conscientious reflections about psychoanalytic procedures and institutions.

KEYWORDS: History of Psychoanalysis. Homosexuality. Homophobia.

1 Tristes exemplos

Nos últimos meses de 1921, enquanto funcionava o Comitê Secreto em torno de Freud, coerente com a função de exercer um controle de qualidade da psicanálise contra desvios teóricos e políticos, Ernest Jones – o idealizador do Comitê – propunha a profilaxia de um destes “desvios”. Em carta circular a todos os membros do Comitê, escreve:

Os holandeses [da Sociedade Holandesa de Psicanálise] perguntaram-me algum tempo atrás sobre o quão apropriado seria aceitar como membro um doutor que se sabia manifestamente homossexual. Aconselhei contra, e agora ouço de Van Emden [membro-fundador da mesma Sociedade] que o homem foi enquadrado e levado à prisão. Vocês acham que este seria um parâmetro geral e seguro para agirmos? (SPIERS; LYNCH, 1977, p. 9).

As respostas que recebeu foram variadas. De Viena, Freud e Otto Rank discordaram duplamente de Jones, afirmando que, por um lado, não poderiam excluir tais pessoas sem outras razões suficientes, da mesma

maneira que não poderiam concordar com suas perseguições legais; por outro, também alertavam os dirigentes das Sociedades psicanalíticas “contra a transformação disso em uma lei, considerando os vários tipos de homossexualidade e os diferentes mecanismos que as causam” (SPIERS; LYNCH, 1977, p. 9).

Em nome da Sociedade Psicanalítica de Berlim, os discípulos Karl Abraham, Hanns Sachs e Max Eitingon expressam suas opiniões de que todos lá tiveram “a experiência de que homossexuais com um padrão aberto de comportamento somente nos acompanham em parte do caminho” e que “toda possibilidade de reanalisar essas pessoas vai de encontro à homossexualidade” (SPIERS; LYNCH, 1977, p. 9). Para ilustrar seus argumentos, citam duas personalidades locais, Magnus Hirschfeld e Hans Blüher. Ambos homossexuais, os dois “tristes exemplos” (SPIERS; LYNCH, 1977, p. 9) estiveram na vanguarda dos movimentos de liberação homossexual que atingiram seu apogeu na Europa do entreguerras (TAMAGNE, 2006). Blüher, o teórico do *Männerbund* (Organização Masculina), usava conceitos psicanalíticos, especialmente a sublimação, bissexualidade e repressão para estabelecer as bases do projeto de uma sociedade masculina, pretensamente superior, homoerótica e viril, além de francamente misógina e antissemítica. Era um dos principais teorizadores da organização *Gemeinschaft der Eigenen*, que propunha que a liberação homossexual fosse feita por uma via segregadora, idealista e romântica. Blüher, porém, jamais foi próximo do círculo de psicanalistas berlinenses de forma a manter qualquer tipo de contato pessoal com o movimento psicanalítico ou mesmo aspirar tornar-se ele próprio psicanalista. Portanto, o desprezo dos berlinenses por Blüher é de cunho teórico, reunido na alegação de que, com suas fantasias político-filosóficas, ele fazia um desserviço à compreensão da psicanálise.

O caso é diferente com Magnus Hirschfeld, a quem a história reservou a alcunha de “Einstein do sexo”, e que, para Tamagne (2006), representa a figura prototípica do homossexual militante. Médico, judeu e assumidamente homossexual, Hirschfeld fundou o Instituto para

a Ciência Sexual (*Institute für Sexualwissenschaft*) em Berlim, que atuava como um centro de pesquisa científica, cujos eixos eram a biologia, patologia, sociologia e etnologia, além de ter criado também o Comitê Científico-humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*, WhK), seu projeto mais abertamente militante. Este último, que, pouco antes da queda da República de Weimar, chegou a coletar 4750 assinaturas de personalidades ilustres, por pouco não conseguiu que fosse votada a abolição do parágrafo §175 do código criminal alemão, que condenava atos homossexuais entre homens de 1871 a 1994. Durante toda sua vida, também se esforçou por elaborar uma teorização da homossexualidade de fundamentos biológicos¹ e em sintonia com seus propósitos políticos, isentando os homossexuais da culpa por seus desejos e atos e denotando a injustiça de suas perseguições legais.

O que concerne diretamente à presente discussão foi o papel de Hirschfeld nos primórdios da difusão do movimento psicanalítico. Um dos primeiros médicos a perceber a importância da psicanálise na Alemanha, Hirschfeld já vinha utilizando a *talking cure* no público homossexual que atendia (MANCINI, 2010). Juntamente com Karl Abraham e outros pioneiros, Hirschfeld fundaria em 1907 a Associação Psicanalítica de Berlim, emprestando seu prestígio profissional e sua popularidade nos meios médicos para a difusão da psicanálise na capital alemã, onde a disciplina confrontava a resistência dos psiquiatras. Uma mirada na correspondência do jovem Karl Abraham com Freud revela a importância estratégica de Hirschfeld naqueles primeiros anos e o desejo de Freud de tê-lo como missivista. Escreveria Abraham, em janeiro de 1909: “Durante os últimos meses tive muitos processos e outros relatórios a escrever, a maior parte deles através dos bons escritórios do Dr. Hirschfeld, que no geral tem grande interesse por mim” (FALZEDER, 2002, p. 75). Freud, em resposta, saúda seu vínculo com o sexólogo alemão, “certamente um colega agradável *por causa de sua homossexualidade bem-sublimada*” (p. 76, grifos nossos).

¹ Discutidas nos *Três ensaios para uma teoria da sexualidade* (FREUD, [1905] 1973), suas teorias retomam a herança do jurista alemão e também militante dos direitos homossexuais Karl Ulrichs, reunida em torno da proverbial “alma de uma mulher presa no corpo de um homem”.

Quais seriam, então, as razões que fizeram Hirschfeld colocar-se ao lado de Blüher como um triste exemplo para os berlinenses? Conforme vimos, Hirschfeld, diferente de Blüher, estava integrado à corrente de difusão e aplicação prática da psicanálise, mas seria um erro assimilar o argumento de que Hirschfeld era um exemplo da impossibilidade de se analisar e qualificar homossexuais como psicanalistas em virtude de suas orientações sexuais. É por essa razão que a circular escrita por Abraham, Sachs e Eitingon pode ser altamente enganosa, dado que Hirschfeld não passou pelo exame que, algumas décadas depois, consolidar-se-ia como o principal impedimento de que homossexuais ingressassem numa formação psicanalítica. Hirschfeld deixou a Associação Psicanalítica de Berlim em outubro de 1911, apenas um mês após o Terceiro Congresso de Psicanálise em Weimar, quando fora recebido e saudado pelo próprio Freud como a “autoridade berlinense em homossexualidade” (MANCINI, 2010, p. 71). “Hirschfeld declarou sua resignação e se manteve firme em sua decisão apesar de todas as tentativas de persuasão” (FALZEDER, 2002, p. 139), escreve Abraham a Freud, e a razão foi a de que emergiu “uma questão de resistências que se ligam a uma causa externa (o comportamento de Jung para com ele)” (p. 140), apesar de Abraham estar seguro de que não era a verdadeira fonte de sua dissidência. Hirschfeld não concordava com alguns postulados psicanalíticos sobre a origem da homossexualidade e manteve sua posição até o fim da vida, apesar de diversas reformulações em suas ideias (MANCINI, 2010). Mesmo que Abraham, assentido por Freud, justifique que a fonte da resignação tenha sido a recusa de Hirschfeld de assimilar os pressupostos psicanalíticos do desenvolvimento sexual, seguramente sua orientação sexual manifesta colocava-o em posição delicada. Infelizmente, a falta de registro nos impede de saber exatamente qual foi o comportamento de Jung para com Hirschfeld em Weimar, porém, segundo Falzeder (2002), parece que Jung explicitamente se opôs à permanência de Hirschfeld no quadro de psicanalistas por ser homossexual. Mesmo o próprio Freud, até pouco tempo antes entusiasta de Hirschfeld, expressaria seu juízo para Jung, sem levantar nenhuma objeção quanto à postura injuriosa de

seu “príncipe herdeiro”: “Magnus Hirschfeld desertou de nossas fileiras em Berlim. Nenhuma grande perda, ele é uma pessoa indolente, insípida, absolutamente incapaz de aprender qualquer coisa. Claro que tomou como pretexto seu comentário no Congresso; melindre homossexual. Não vale uma lágrima” (MCGUIRE, 1988, p. 453-454).

Apesar de sardônico, Freud estava sendo coerente. Para a política de expansão do movimento psicanalítico, frente em que ele próprio dispndia muito tempo e energia naqueles anos de tensão, Hirschfeld – que fora útil para os primórdios da implantação da psicanálise em Berlim – poderia vir a ser prejudicial. Naquele momento, grandes diferenças teóricas eram nocivas à psicanálise, e Hirschfeld ter se afastado voluntariamente da organização berlinense de psicanalistas foi na realidade um favor ao movimento. Não menos importante, porém, é o fato de que a exposição pessoal e o propósito político de Hirschfeld, apesar de contar com o declarado apoio de Freud², mais cedo ou mais tarde arrebentariam com sua permanência dentro de um movimento intelectual em progressiva institucionalização. Mesmo que Freud, Otto Rank, Sándor Ferenczi e outros psicanalistas endossassem o ideal humanista de muitos intelectuais da época e se posicionassem explicitamente contra a perseguição legal de homossexuais, aceitar um homossexual aberto – e no caso de Hirschfeld, militante – entre os representantes do movimento era algo muito mais problemático. De qualquer maneira, a questão tornar-se-ia um tabu durante as décadas que se seguiram, e a opinião expressa de Ernest Jones, de que “aos olhos do mundo, [...] a homossexualidade é um crime repugnante, cujo comprometimento da parte de um de nossos membros nos traria um sério descrédito” (LIEBERMAN, 1985, p. 175) serve como uma epígrafe sobre o futuro do psicanalista homossexual no movimento psicanalítico.

Com o advento do Terceiro Reich na Alemanha e as práticas eugênicas e genocidas que começaram a se esboçar a partir de 1933, em espetáculos irracionais realizados em praças públicas, os livros de

² Em um livro em homenagem a Hirschfeld, editado em 1928 por Richard Linsert e Kurt Hiller, Freud declarou: “sempre defendi a visão que a batalha vitalícia do Dr. Hirschfeld contra a interferência cruel e injustificada da legislação na vida sexual humana merece reconhecimento e apoio universais” (SPIERS; LYNCH, 1977, p. 9).

Freud e Hirschfeld dividiam as mesmas chamas. Os judeus e tudo que era relacionado diretamente a eles não tinham equivalentes no nível mais baixo do catálogo de párias do regime nazista, todavia os homossexuais eram tidos como sub-humanos, inúteis por não serem reprodutivos para a política de expansão populacional e ainda passíveis de contagiar a população ariana. A psicanálise, ao contrário de boa parte do discurso psiquiátrico de então, não endossava a visão da homossexualidade como uma degeneração, um infortúnio biológico. Na realidade, ela representou uma alternativa libertária frente a esta visão. No seio da visão psicanalítica da homossexualidade, porém, estava a assunção de que homossexuais, por diversas etiologias, eram vítimas de um desenvolvimento sexual falho. Isto somado à insinuação de que era uma falha corrigível, serviu de razão para que, nos primeiros lances da política de limpeza nazista, a psicanálise fosse adotada como a principal ferramenta teórica e prática aplicada na cura e conversão dos arianos homossexuais em heterossexuais, mediante tentativas assombrosas e, enfim, malogradas (TAMAGNE, 2006).

2 A peste

O uso da psicanálise para tais fins poderia figurar como mais um item entre os grotescos experimentos nazistas com vistas à limpeza da população e ao extermínio dos considerados anormais. Porém, no outro lado do Atlântico, onde a psicanálise se encontrava em franca expansão até o ponto de se equacionar à psiquiatria, a mesma prática estava em vias de se tornar corriqueira. Os Estados Unidos, conforme sintetiza Ablove (2000, p.181), “quiseram livrar-se [da homossexualidade] para sempre”. Terra detestada por Freud durante toda sua vida, principalmente por seu moralismo, pragmatismo e puritanismo sexual, a América era, todavia, reconhecida como solo de valor estratégico para a expansão da psicanálise. O país onde a *peste* desembarcou em 1909 observaria um florescimento de seu movimento sequer imaginado por Freud, tornando-se a maior potência psicanalítica entre os países onde a disciplina foi implantada.

Acolhendo uma mãe norte-americana angustiada em virtude da homossexualidade do filho, Freud expôs em uma carta hoje famosa sua derradeira opinião sobre a questão:

A homossexualidade não é seguramente uma vantagem, mas não é nada de que deva se envergonhar; não é um vício, não é uma degradação, não pode ser classificada como uma doença. Nós a consideramos uma variação da função sexual produzida por uma certa detenção do desenvolvimento sexual (FREUD, 1951, p. 787).

Além de elogiar, como era de costume, grandes homens que eram homossexuais em defesa do estatuto não patológico da orientação sexual, Freud ressalta que a função da psicanálise não era a de curá-la, no sentido de revertê-la para a heterossexualidade, mas, sim, de “trazer harmonia, tranquilidade mental, completa eficiência” para os sujeitos. Uma observação de Abelove (2000) permite-nos desdobrar um interessante sentido da resposta de Freud, considerado pela referida mãe “um Grande e Bom homem”. A carta encerra com declaração de que o filho, se quisesse ser analisado, teria de ir a Viena encontrar-se com Freud, já que ele não tinha intenções de sair de lá. Ora, em 1935, data da correspondência, já haviam respeitados psicanalistas nos Estados Unidos, alguns deles analisados pelo próprio Freud. Por que não são eles sequer mencionados? A carta toma ares de uma provocação e também de um prenúncio do porvir de sua disciplina em solo norte-americano se considerarmos que Freud tinha noção de que a intervenção de um psicanalista norte-americano seria iatrogênica para o garoto. Se a visão psicanalítica da homossexualidade como a conceberam Freud e seus discípulos mais próximos, além de suas posições políticas, poderia ainda ser considerada libertária, foi principalmente nos Estados Unidos e a partir da virada de século que ela sucumbiria em aliança com instituições tradicionais burguesas e pelo ímpeto normalizador que reverberava as supracitadas práticas nazistas. Numa irônica troca de referentes, a peste freudiana agora tomava a homossexualidade como uma peste a ser eliminada.

Após a controvérsia em torno da decisão de Jones e até a década de 70, debates em torno da questão de homossexuais como aspirantes a psicanalistas são ausentes dos veículos públicos, assim como qualquer registro de que houvesse algum homossexual assumido entre os institutos de formação oficiais³. Encontramos, porém, um testemunho indireto da postura dos psicanalistas com respeito à homossexualidade dos pretendentes à formação nas teorias psicanalíticas sobre a homossexualidade, fundamentos da proscrição deles do exercício da profissão. Sintetizando sua revisão sobre a teoria psicanalítica da homossexualidade masculina, publicada em 1988, escreve Kenneth Lewes:

O que encontrei surpreendeu-me e por vezes chocou-me. Enquanto alguns escritores analíticos profundamente iluminaram a fenomenologia e o significado de pensamentos e atitudes homossexuais, de longe o maior número deles considerou tal condição como gravemente perturbada e caracterizada por sérias limitações em capacidades pessoais e criativas (LEWES, 1988, p. 15).

Lewes se referia particularmente à escola norte-americana de psicanálise chamada revisionista, em cujas contribuições teóricas residem as de Bergler (1956, p. 26), o qual afirmava que “os homossexuais são essencialmente pessoas desagradáveis [...] [demonstrando] uma mistura de arrogância, falsa agressão e melindre”. Apesar de o tom das outras escolas não se comparar ao provincianismo e grosseria dos revisionistas norte-americanos, a diferença reside mais no estilo e maior sofisticação teórica do que na consideração da homossexualidade masculina

³ Roudinesco (2002), em um artigo manifestando indignação contra o banimento de homossexuais na IPA e o silêncio histórico frente à questão, afirma que entre os “clínicos pouco conformistas” da Sociedade Psicanalítica Britânica havia um “homossexual confesso” (p. 13). A autora refere-se a James Strachey, eminente presença no círculo intelectual de Bloomsbury e famoso tradutor das obras de Freud para o inglês. Apesar de Strachey ter experienciado paixões e relacionamentos homossexuais em sua juventude, além de peculiarmente apreciar sua futura esposa, Alix Sargent-Florence, por ser “toda ela um garoto” (MEISEL; KENDRICK, 1985, p. 23), uma investigação mais detida sobre a vida de Strachey nos obriga a ter mais cautela sobre a estima que ele tinha por suas inclinações eróticas. Não é raro notar, em suas correspondências, que seu desgosto pelo sexo feminino rivaliza em frequência com o fastio por suas aventuras homossexuais vividas durante sua vida universitária. Por isso Strachey representa, para a historiadora Tamagne (2006), o exemplo perfeito do jovem garoto de uma boa família que se associou com os boêmios e que posteriormente rejeitou a homossexualidade.

como algo tão complexo e psicodinamicamente variado quanto à heterossexualidade (LEWES, 1988; ROUDINESCO, 2003).

A proposição e anuência, por parte dos psicanalistas, da homossexualidade como um defeito no desenvolvimento, não raras vezes bastante grave, servem como prova de que se havia homossexuais entre os já formados ou em formação pelos institutos, provavelmente mantinham-se acuados em silenciosa condescendência. E isto veio à tona durante os anos de contestação e emergência do movimento gay organizado na década de 1960 e 1970, em grande parte do mundo ocidental e principalmente nos Estados Unidos. Deste país, Stoller (1985) publicou textos enérgicos sobre a maneira descuidada que a psicanálise tratava a homossexualidade e os ditos homossexuais: “Nós – psicanalistas e todo o resto, profissionais ou outros – não entendemos a homossexualidade.” Admitida a ignorância, o psicanalista californiano, que, desde meados da década de 1960, vinha afirmando que a homossexualidade não servia como categoria diagnóstica, lançaria uma sentença imperiosa, ecoando o alerta de Freud e Rank a que nos referimos: “Quando falamos sobre aquelas pessoas com preferências eróticas homossexuais conscientes, é melhor falar das homossexualidades que de homossexualidade” (STOLLER, 1985, p. 97). Ademais, avança a ideia “talvez menos aceitável” de que, como clínico, não acredita que “heterossexuais sejam, no todo, mais normais que homossexuais” p. 97). Apesar da indiferença com que foi recebido (O’CONNOR; RYAN, 1993), Stoller seria um dos primeiros a apontar o fosso que dividia os psicanalistas dos homossexuais, estes *de quem* se falava, alvos do discurso patologizante e da exclusão institucional, e os primeiros, aqueles autorizados a falarem sobre os homossexuais⁴. “Por que temos regras contra aceitarmos homossexuais como candidatos, membros da profissão ou analistas didatas e supervisores?”, questionaria Stoller (1985, p. 182). Eram estas as regras que, segundo Rachel Cunningham – pseudônimo protetor de uma psicoterapeuta londrina –, fariam com que o “promissor aspirante percebesse que ele não é visto

⁴ Lewes (1988, p. 238) afirma que “não houve, na história que tracei, nenhum teórico que se identificou como homossexual. [...] O discurso psicanalítico sobre a homossexualidade foi e ainda é formulado por não-homossexuais sobre homossexuais e a direção da observação, julgamento e controle se estende em somente uma direção.”

como um indivíduo de personalidade complexa e possíveis talentos para oferecer ao campo psicanalítico”, mas como alguém “com uma desordem de personalidade que automaticamente lhe desqualificaria para o treinamento psicanalítico” (CUNNINGHAM, 1991, p. 49).

3 Sou psicanalista e sou gay

Stoller não sobreviveria para ver que, nos anos seguintes, emergiria uma movimentação encabeçada por um de seus colegas no qual a exposição pessoal do psicanalista homossexual e de suas desventuras se consolidaria como procedimento. Colocando de forma prosaica, mas em sintonia com os ânimos do movimento gay, as portas do armário psicanalítico ousavam ser abertas pela primeira vez, e a volta da chave foi feita por um psicanalista da Associação Psicanalítica Norte-Americana (APsaA) chamado Richard Isay. Nos Institutos, candidatos manifestamente homossexuais, conforme Isay contestaria em público em 1983, eram proscritos desde as primeiras entrevistas ou seriam proscritos durante suas análises didáticas, caso não dissimulassem, mesmo que por anos, suas preferências. As descrições de Isay sobre seus quase dez anos de análise didática diária, as crenças e procedimentos de seu psicanalista saltam aos olhos. Em seu segundo ano de análise, persistindo em relacionamentos sexuais heterossexuais como sugeria seu analista, Isay desenvolveu uma anestesia genital perturbadora, “sintoma que o Dr. Samuels interpretou como uma auto-castração simbólica que expressava ansiedade em tornar-me cada vez mais heterossexual” (ISAY, 1996, p. 18). Ademais, em suas palavras:

Meu desejo de ser um psicanalista contribuía para a negação de minha homossexualidade. Os analistas assumiam que o mesmo trauma precoce que causava a homossexualidade produzia defeitos de personalidade tão sérios que analistas homossexuais jamais seriam capazes de sustentar a reserva emocional, neutralidade, atenção e empatia que faria alguém oferecer uma terapia competente. Dessa forma, aqueles que eram assumidamente homossexuais não eram aceitos ao

treinamento nos institutos afiliados à APsaA. Como eu estava fazendo um esforço para livrar-me de fantasias homossexuais e desinibir minha heterossexualidade, pensei que poderia ser aceito e decidi candidatar-me ao treinamento psicanalítico (ISAY, 1996, p. 19).

Sem jamais ter ousado “atuar” seus desejos homossexuais, certo de que seria por isso proscrito da formação, Isay tornou-se um psicanalista certificado, progrediu na carreira e ocupou cargos importantes em sua Sociedade e também na Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Este tipo de reação à análise, cujos princípios eram explícita ou implicitamente a conversão do analisando homossexual à heterossexualidade, fora explorado anos antes por Sepsen Mitchell. O psicanalista, também norte-americano, mostrou graficamente que as análises realizadas com estes propósitos poderiam induzir o analisando a dois prospectos: rebelião ou resistência, seguida pelo impedimento e fim do tratamento ou a *conformidade/obediência ao analista* (MITCHELL, 1981). Esta última saída, fundamental para compreendermos como a norma da heterossexualidade compulsória nos institutos de psicanálise está intimamente ligada a uma operação histórica de *normalização* dos candidatos à formação⁵, também é reportada pelo psicanalista Ralph Roughton quando comenta sobre sua análise didática: “Eu era heterossexual até onde o mundo conseguia enxergar”, e por isso entrou em uma segunda análise, “com o propósito de livrar-me dos sentimentos homossexuais depois que a primeira malogrou nisso. [...] Nos anos 70, era isso que a gente fazia. Queríamos nos tornar *straight*, e nossos analistas diziam que isso era possível” (LYNCH, 2007, p. 263).

Isay, representante de um momento histórico em que a autorrevelação significava liberdade e a dissimulação, aprisionamento e obediência, admitiu publicamente ser homossexual no final da década de 80. Tornou-se assim o primeiro psicanalista homossexual assumido⁶

⁵ Alvo de uma futura publicação, não nos deteremos neste artigo sobre a relação entre a institucionalização da psicanálise, a normalização dos candidatos à formação e a proscricção dos homossexuais. Limitar-nos-emos a indicar os trabalhos de Roustang (1987), Kupermann (1996) e a breve discussão esboçada por Ellis (1994).

⁶ Havia, porém, algumas exceções quanto à regra geral de proscricção. É o caso de Sidney Phillips, homossexual assumido e aceito para a formação em um Instituto filiado à APsaA, sem mencionar que outros Institutos, menores e não filiados à IPA, admitiam homossexuais desde que se mantivessem

e um ícone para a comunidade gay, principalmente por seus esforços em fazer com que a APsaA adotasse uma política oficial de não discriminação, ocorrida em 1991 e 1992. Os esforços de Isay por “combater a regra não-escrita, mas duradoura, de excluir gays e lésbicas dos institutos” (ISAY, 1996, p. 147) consolidaram o *modus operandi* desses pioneiros: um amálgama de denúncias, exposição pessoal e lobby para a aprovação de regras de não discriminação por parte dos Institutos, mediante inclusive a aliança com associações de proteção de minorias. A propósito, foi sob a ameaça de processos jurídicos lançados por uma dessas associações – algo tradicional nos Estados Unidos – que a APsaA acelerou o processo de adoção da política de não discriminação. O máximo que renderia esse tipo de procedimento no resto do mundo psicanalítico, porém, ficaria concentrado na esfera das denúncias de discriminação, muitas vezes através de investigações respaldadas por associações de liberdades civis (FAINSTEIN, A. et al., 2008; DRESCHER; LINGIARDI, 2003; ELLIS, 1994). Fora dos Estados Unidos, os psicanalistas se mostrariam extremamente críticos quanto aos expedientes de Isay, na medida em que as condições sociopolíticas diversas, especialmente a ausência de grupos de luta por direitos de homossexuais organizados como naquele país, dificultariam a IPA como um todo a tomar uma posição unânime sobre a questão. Ainda assim, homossexual assumido desde 1996 – quando já se encontrava na prestigiosa posição de analista didata e também na liderança do Comitê que propunha disseminar a política de não discriminação por todos os Institutos psicanalíticos do território estadunidense –, Ralph Roughton iria repetir o gesto de Isay frente à comunidade psicanalítica internacional.

A exposição de Roughton deu-se em uma mesa intitulada simplesmente “Homossexualidade”, em um Congresso internacional realizado em Barcelona, em 1997. No evento, apresentou diversas propostas para a discussão da questão mesmo que de maneira indireta, indício de que o tema estava de fato em voga. A mesa, cujo anfitrião abriu interrogando sobre “que tipo de patologia seria a homossexualidade” (BERMAN, 1998), foi caracterizada por duas exposições sobre a

homossexualidade como uma perturbação do desenvolvimento sexual normal, uma clínica e outra teórica⁷, antes da exposição de Roughton. Este último, por sua vez, utilizou-se de casos clínicos para referir-se às dificuldades que ainda marcavam os psicanalistas em sua atuação com pacientes homossexuais – o que já não era novidade para alguém que vinha da APsaA – e, claro, abriu sua fala anunciando que era psicanalista e homossexual, em suas palavras, um “oximoro”. As apresentações eram antípodas entre si, e a recepção, portanto, dividiu-se entre aqueles que saudaram as contribuições de Roughton como corajosas e necessárias e aqueles que se posicionavam contra ele, saudando os outros expositores. Um psicanalista de Genebra, aparentemente não tendo escutado a declaração de Roughton, deu voz àquela que seria a interrogação corrente nos Institutos a partir daquele evento: “o que faremos quando homossexuais baterem às nossas portas, para tornarem-se membros de nossas sociedades?” (BERMAN, 1998, p. 808). Mostrando que eles já tinham atravessado a soleira havia algum tempo, da plateia, outro psicanalista norte-americano também assumia que era homossexual e elogiava a recepção que recebera em seu Instituto.

Testemunha de como o Congresso de Barcelona foi um ponto de virada na história da psicanálise, as duas edições de 2001 da *International Psychoanalysis*, newsletter interna da IPA, mostram psicanalistas de vários países tentando se haver com as agitações em torno da questão e discutindo as razões subjacentes à “regra não-escrita”. As opiniões tocavam pontos nodais, ainda hoje em debate no cerne da preocupação da IPA de submeter-se a uma renovação: o quão central é o papel da análise didática na proscrição de homossexuais, a forma com que os psicanalistas historicamente se blindavam de críticas e avanços na teoria sobre a homossexualidade em categorias como a neutralidade do psicanalista, a perfeição de suas análises pessoais e o repúdio da contratransferência no caso da análise de homossexuais (INTERNATIONAL PSYCHOANALYSIS, 2001a). Na última

⁷ Digna de nota, a exposição teórica a cargo de Cesar Botella, da Sociedade Psicanalítica de Paris, traz a soberba afirmação – contradizendo os limites colocados pelo próprio Freud – de que “a psicanálise está qualificada a resolver o problema da homossexualidade” (BERMAN, 1998, p. 641).

publicação do mesmo ano (INTERNATIONAL PSYCHOANALYSIS, 2001b), uma carta assinada pelo Comitê Executivo da APsaA pedia de Daniel Widlöcher, então presidente da IPA, uma declaração específica e pública de que os Institutos filiados à IPA não discriminariam homossexuais. Revelando ao mesmo tempo o poder da APsaA e a prudência de Widlöcher em livrar a IPA das acusações de homofobia que já prejudicavam sua imagem frente a uma sociedade em câmbio de opinião, foi então editada a regra de não discriminação:

Na base de seu compromisso com valores éticos e humanísticos, a IPA se opõe a discriminações de qualquer tipo. Isto inclui, mas não se limita a, qualquer discriminação baseada em idade, raça, gênero, origem étnica, crença religiosa ou *orientação homossexual*. A seleção de candidatos para o treino em psicanálise será feita somente com base em qualidades diretamente concernentes à sua habilidade de aprender e funcionar como um psicanalista. Adiante, é esperado que este mesmo padrão seja usado na indicação e promoção de membros de posições educacionais, incluindo analistas didatas e supervisores (EXECUTIVE COUNCIL, 2002).

Grande parte da agitação causada pelos acontecimentos aqui narrados dissipou-se nos últimos anos, dando lugar a discussões frutíferas acerca da teoria e da clínica não somente de pacientes homossexuais, mas também de psicanalistas homossexuais⁸. Todavia, não é arriscado dizer que até hoje a maior parte dos psicanalistas sequer tenha consciência de que os institutos psicanalíticos proscreviam a entrada de candidatos homossexuais e por quais motivos o faziam, revelando não somente que diferenças regionais têm um grande peso nesta equação, mas que esta história de discriminação ainda é de difícil assunção e elaboração. Acreditamos que reflexões que levem em conta estes fatos sejam, porém, fundamentais para a inserção da psicanálise como um saber e uma prática permeável o suficiente para abarcar o cenário contemporâneo.

⁸ Ver, a este respeito, o artigo do já mencionado Sidney Phillips sobre a transferência/contratransferência entre paciente heterossexual e psicanalista homossexual a decorrência de o paciente saber da homossexualidade de seu analista (PHILLIPS, 1998).

REFERÊNCIAS

ABELOVE, H. Freud, la homosexualidad masculina y los americanos. In: **Grañas de eros: história, género y identidades sexuales**. Buenos Aires: Edelp, 2000.

BERGLER, E. **Homosexuality: disease or way of life?** New York: Collider, 1956.

BERMAN, E. Homosexuality: chaired by Aiban Hagelin. **International Journal of Psychoanalysis**, London, n. 79, p. 806-810, 1998.

CUNNINGHAM, R. When is a pervert not a pervert? **British Journal of Psychotherapy**, London, v. 8, n. 1, p. 48-70, 1991.

DRESCHER, J. A history of homosexuality and organized psychoanalysis. **The journal of the American academy of psychoanalysis and dynamic psychiatry**, Bloomfield, v. 36, n. 3, p. 443-460, 2008.

DRESCHER, J.; LINGIARDI, V. **The mental health professions and homosexuality: international perspectives**. New York: Haworth Medical Press, 2003.

ELLIS, M. L. Lesbians, gay men and psychoanalytic training. **Free associations**, London, v. 4, n. 4, p. 501-517, 1994.

EXECUTIVE COUNCIL. **Non Discrimination Policy**. Em: http://ipa.org.uk/en/IPA/Procedural_Code/Non_Discrimination_Policy.aspx. Acessado em 26 de março de 2013.

FAINSTEIN, A. et al. Debate – a análise didática. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 74, p. 25-54, 2008.

FALZEDER, E. **The complete correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham 1907-1925**. London: Karnac Books, 2002.

FREUD, S. Tres ensayos para una teoria sexual. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud, Tomo II** (3a ed). Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. Edição original: 1905.

FREUD, S. Letter to an american mother. **American Journal of Psychiatry**, Arlington, n. 107, p. 787, 1951.

INTERNATIONAL PSYCHOANALYSIS: THE NEWSLETTER OF THE IPA. London, v. 10, n. 1, p. 17-26, 2001.

INTERNATIONAL PSYCHOANALYSIS: THE NEWSLETTER OF THE IPA. London, v. 10, n. 2, p. 4-5, 2001.

ISAY, R. **Becoming gay: the journey to self-acceptance**. New York: Vintage, 1996.

KUPERMANN, D. **Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

LEWES, K. **The psychoanalytic theory of male homosexuality**. New York: Simon and Schuster, 1988.

LIEBERMAN, E. J. **Acts of will: the life and work of Otto Rank**. New York: Simon and Schuster, 1985.

LYNCH, P. E. An Interview with Ralph E. Roughton, MD. In: DRESCHER, J.; MERLINO, J. P. **American psychiatry and homosexuality: an oral history**. New York, NY: The Haworth Press, Inc, 2007.

MANCINI, E. **Magnus Hirschfeld and the quest for sexual freedom**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MCGUIRE, W. **The Freud/Jung letters**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

MEISEL, P.; KENDRICK, W. **Bloomsbury/Freud: The letters of James and Alyx Strachey 1924-1925**. New York: Norton & Company, 1985.

MITCHELL, S. A. The psychoanalytic treatment of homosexuality: some technical considerations. **International Review of Psychoanalysis**, v. 8, p. 63-80, 1981.

O'CONNOR, N.,; RYAN, J. **Wild desires and mistaken identities: lesbianism and psychoanalysis**. London: Karnac Books, 1993.

PHILLIPS, S. H. A new analytic dyad: homosexual analyst, heterosexual patient. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, New York, v. 5, n. 4, 1998.

ROUDINESCO, E. Psychanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l'injure et la fonction paternelle. **Cliniques méditerranéennes**, Toulouse, v. 1, n. 65, p. 7-34, 2002.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSTANG, F. **Um destino tão funesto**. Rio de Janeiro: Taurus, 1987.

SPIERS, H.; LYNCH, M. Gay rights Freud. **Body Politic**, Toronto, n. 33, p. 8-10, 1977.

STOLLER, R. **Observing the erotic imagination**. New Haven: Yale University Press, 1985.

TAMAGNE, F. **A History of Homosexuality in Europe**: volume I e II. New York: Agora Publishing, 2006.

Recebido em abril de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

SOBRE OS AUTORES

LUCAS CHARAFEDDINE BULAMAH é psicólogo, psicanalista e mestrando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: bulamah@gmail.com

DANIEL KUPERMANN é professor doutor do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP); psicanalista membro da Formação Freudiana do Rio de Janeiro.

E-mail: dkupermann@usp.br